

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Tadeu Leite – MDB
1ª-Vice-Presidente: deputada Leninha – PT
2ª-Vice-Presidente: deputado Duarte Bechir – PSD
3ª-Vice-Presidente: deputado Betinho Pinto Coelho – PV
1º-Secretário: deputado Gustavo Santana – PL
2º-Secretário: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
3º-Secretário: deputado João Vítor Xavier – Cidadania

SUMÁRIO

1 – PROPOSIÇÃO DE LEI

2 – ATAS

2.1 – 29ª Reunião Especial da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 20ª Legislatura – Destinada a homenagear o Minas Tênis Clube pelos 90 anos de sua fundação

2.2 – Comissões

3 – ORDENS DO DIA

3.1 – Plenário

3.2 – Comissões

4 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO

4.1 – Comissões

5 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

6 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA

7 – ERRATAS



PROPOSIÇÃO DE LEI

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 26.494

Dá denominação à escola estadual de ensino médio localizada no Bairro Algodão, no Município de Pouso Alegre.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica denominada Escola Estadual Professora Emília Aparecida Rezende Pereira a escola estadual de ensino médio localizada no Bairro Algodão, no Município de Pouso Alegre.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 22 de setembro de 2025.

Deputado Tadeu Leite – Presidente

Deputado Gustavo Santana – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário



ATAS

ATA DA 29ª REUNIÃO ESPECIAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 18/9/2025

Presidência do Deputado Tadeu Leite

Sumário: Comparecimento – Abertura – Atas – Destinação da Reunião – Composição da Mesa – Registro de Presença – Execução do Hino Nacional – Exibição de Vídeo – Palavras do Deputado Doorgal Andrada – Entrega de Placa – Palavras do Sr. Carlos Henrique Martins Teixeira – Palavras do Presidente – Encerramento.

Comparecimento

– Comparecem os deputados:

Tadeu Leite – Doorgal Andrada.

Abertura

O presidente (deputado Tadeu Leite) – Às 19h9min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos.

Atas

– O presidente, nos termos do § 2º do art. 39 do Regimento Interno, dispensa a leitura das atas das duas reuniões anteriores, as quais são dadas por aprovadas, e as subscreve.

Destinação da Reunião

A locutora – Destina-se esta reunião a homenagear o Minas Tênis Clube pelos 90 anos de sua fundação.

Composição da Mesa

A locutora – Convidamos a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. Carlos Henrique Martins Teixeira, presidente do Minas Tênis Clube; Kouros Monadjemi, presidente do Conselho Deliberativo do Minas Tênis Clube; e Cel. PM Paulo Roberto Bermudes Rezende, chefe do Gabinete Militar do Governador e coordenador Estadual de Defesa Civil; a Exma. Sra. Ten.-Cel. PM Mirlir Cunha, chefe de Assessoria de Relações Institucionais da PMMG, representando a Polícia Militar de Minas Gerais; e os Exmos. Srs. Marcelo de Souza e Silva, presidente da CDL-BH e do Conselho Deliberativo do Sebrae Minas; Caio Souza, atleta da ginástica artística do Minas Tênis Clube; e deputado Doorgal Andrada, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem.

Registro de Presença

A locutora – Gostaríamos de agradecer e registrar a presença do Sr. Paulo Brant, ex-vice-governador do Estado de Minas Gerais; do Sr. Marcolino de Oliveira Pinto Júnior, presidente da Federação de Clubes do Estado de Minas Gerais; do Sr. Márcio Cunha, ex-deputado e conselheiro do Minas Tênis Clube; e da Sra. Virgínia Afonso, conselheira federal da OAB. Agradecemos também aos demais convidados que acompanham esta solenidade, presencialmente, pela TV Assembleia e pelo canal institucional da Assembleia no YouTube.

Execução do Hino Nacional

A locutora – Convidamos os presentes para, em posição de respeito, ouvir o Hino Nacional, que será interpretado pela musicista Leticia Leal.

– Procede-se à execução do Hino Nacional.

Exibição de Vídeo

A locutora – Assistiremos agora a um vídeo comemorativo sobre os 90 anos do Minas Tênis Clube.

– Procede-se à exibição do vídeo.

Palavras do Deputado Doorgal Andrada

Senhoras e senhores, boa noite. Antes de cumprimentar a Mesa diretora, quero dizer que é uma honra muito grande estar aqui, neste momento, com todos vocês. Todas as pessoas que aqui estão são pessoas que amam o Minas Tênis Clube ou que, de alguma forma, participam desse clube tão honrado. Queria dizer que eu gostaria de cumprimentar muitos amigos que aqui estão. Temos triatletas, companheiros, como o Glauco e o Cristiano. Ali em cima está um treinador que já me treinou, o Vaccari. Um grande amigo também, o Paulo Brant, que esteve à frente do nosso estado por muitos anos. Enfim, não quero me alongar cumprimentando

um a um, senão vou gastar muito tempo dos senhores e das senhoras, mas sintam-se todos abraçados. Vou me ater às palavras que redigi, para não deixar faltar nada. Peço desculpas por não cumprimentar carinhosamente cada um, como gostaria. Hoje tive a honra de conhecer o filho do nosso presidente. Está aqui também uma grande amiga, a Teresa.

Cumprimento o Exmo. Sr. presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, deputado Tadeu Martins Leite; o Exmo. Sr. presidente do Minas Tênis Clube, Carlos Henrique Martins Teixeira; o Exmo. Sr. presidente do Conselho Deliberativo do Minas Tênis Clube, Kouros Monadjemi. É assim que pronuncia o nome do senhor? O meu também não é fácil de falar. Cumprimento também o Exmo. Sr. chefe do Gabinete Militar do Governador e coordenador estadual de Defesa Civil, Cel. PM Paulo Roberto Bermudes Rezende; a Exma. Sra. chefe de assessoria de Relações Institucionais da Polícia Militar de Minas Gerais, Ten.-Cel. PM Mirlir Cunha, representando a Polícia Militar de Minas Gerais; o Exmo. Sr. presidente da CDL-BH e do Conselho Deliberativo do Sebrae Minas, Marcelo de Souza e Silva, um grande amigo de muitas lutas, não é, Marcelo? E cumprimento ainda o atleta da ginástica artística do Minas Tênis Clube, Caio Souza.

Senhoras e senhores, é uma alegria muito grande ter a oportunidade de dirigir algumas palavras à comunidade minas-tenista aqui presente nesta noite. Primeiro, por podermos celebrar 90 anos de existência de uma instituição numa era em que tendências, certezas e sucessos não duram mais que meses, quando não algumas poucas semanas. E são 90 anos gloriosos, de muita energia, de realizações, de planos elaborados sobre bases tão sólidas que podemos facilmente vislumbrar muitas outras décadas de história por vir.

Adiciono também a alegria de ser eu mesmo um associado desde os 9 anos de idade. Posso dizer que cresci dentro do clube e que parte da minha personalidade e do meu amor pelo esporte foram construídos dentro desta instituição. Além disso, pude construir também amizade com diversos associados, colaboradores, porteiros, treinadores de vários esportes e também da academia, conselheiros, diretores e presidentes.

Faço questão de ressaltar o mais alto respeito, admiração e amizade com o atual presidente, Carlos Henrique, o nosso grande, grande presidente. E me orgulho ainda, de maneira bastante personalista, de ter conquistado títulos no futsal e no *society* quando jovem. Agora, mais tarde, como adulto, tenho o imenso orgulho de carregar as bandeiras do Minas pelos quatro cantos do País em provas internacionais de triatlo. Sou, portanto, testemunha do ambiente saudável e construtivo que resulta do que podemos chamar de cultura minas-tenista, e que, por certo, contribui para essa invejável trajetória que hoje celebramos.

O Minas Tênis Clube, senhoras e senhores, que chega aos 90 anos com tanto vigor e brilho, é reflexo de seus mais de oitenta mil sócios e também do trabalho e do compromisso de seus milhares de colaboradores, conselheiros e diretoria ao longo do tempo. Aproveito para parabenizar a atual gestão, na pessoa do presidente Carlos Henrique, cuja marca é a capacidade de unir todos em torno de um só projeto: o propósito de valorizar o clube em todos os aspectos e colocá-lo numa rota segura para um futuro brilhante.

Além de todo o significado que o Minas Tênis Clube tem para os seus associados, cabe ressaltar a profunda inserção dessa instituição na vida dos mineiros, e, mais particularmente, dos belo-horizontinos. Falo agora do Minas que, para além da oferta de lazer, se sustenta nos pilares do esporte, da educação, da cultura e da ação social, faces mais visíveis e admiradas pela sociedade. Falo do Minas que dá orgulho aos mineiros nos esportes, que contou com representantes em 17 edições dos Jogos Olímpicos, desde Fernando Pavan, em Helsinque, em 1952; e com 12 atletas e profissionais em Paris, em 2024, entre os quais destaco os medalhistas de bronze, Thaísa, do vôlei, e Guilherme Schimidt, do judô. Falo do Minas, que tem cerca de 20 mil alunos em cursos de formação, 900 atletas nas categorias de base, inúmeras conquistas em competições nacionais e internacionais de vôlei, basquete, natação, judô e outras modalidades. Ainda falo do Minas, que dá palco a apresentações de música, teatro e dança, que oferece suporte às artes plásticas do Centro Cultural, da Casa Rosada, da Galeria de Arte, da Biblioteca e de tantos outros projetos culturais. Falo do Minas Tênis Solidário, que promove o voluntariado entre os associados, faz eventos, desenvolve ações sociais, educativas, culturais e

ambientais, beneficiando, por exemplo, estudantes de escolas públicas. São entregas que fazem a articulação do clube com a sociedade e o colocam como merecedor do orgulho e da admiração dos mineiros.

Senhoras e senhores, que o Minas tenha longa vida em sua trajetória de educação pelo esporte, de formação de lideranças, de espaço de convivência, lazer e saúde. Parabéns, Minas Tênis Clube, que, por todos esses motivos, tanto nos orgulha! Muito obrigado.

Entrega de Placa

A locutora – Neste momento, o presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, deputado Tadeu Leite, e o deputado Doorgal Andrada, farão a entrega de uma placa alusiva a esta homenagem ao Sr. Carlos Henrique Martins Teixeira, presidente do Minas Tênis Clube. A placa contém os seguintes dizeres: “Nove décadas de história, dinamismo e excelência. O Minas Tênis Clube equilibra, na medida certa, tradição e modernidade para evoluir sempre. Com muita dedicação e superação, o clube tornou-se, ao longo dos anos, uma referência nacional, atuando na prestação de serviços de qualidade aos sócios, no fomento ao esporte e na disseminação da cultura. Seu centro de formação de atletas acumula vitórias, recordes e conquistas, revelando talentos nas mais variadas modalidades esportivas. Mas sua importância vai além do esporte de alto rendimento e do compromisso com a educação cidadã. A agremiação é também um espaço de convivência, de alegria e de união para milhares de famílias mineiras. Por sua contribuição inestimável ao Estado e ao País, o Minas Tênis Clube recebe esta justa homenagem da Assembleia Legislativa de Minas Gerais.”.

– Procede-se à entrega da placa.

Palavras do Sr. Carlos Henrique Martins Teixeira

Boa noite a todas e todos minas-tenistas aqui presentes. Eu tenho que dizer que o texto da placa emociona a todos nós, minas-tenistas. Esta Casa está repleta de atletas, de colaboradores, de conselheiros, de voluntários e de famílias minas-tenistas. Antes de tecer qualquer cumprimento, quero dizer dessa emoção que toca o coração deste minas-tenista, até um judoca também experimentado. Eu abraço, com muito carinho, o Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa, deputado Tadeu Leite, a quem parablenizo pela liderança inspiradora que imprime nesta Casa. Deixo o meu abraço ao excelentíssimo senhor autor do requerimento, Doorgal Andrada, com o seu talento, a sua competência. Temos orgulho por tê-lo como minas-tenista, como triatleta e por vê-lo assim tão jovem e com essa experiência e capacidade. Parabéns, Doorgal! Cumprimento o presidente do conselho deliberativo, Kouros Monadjemi, que tem três anos de mandato. Quero dizer, Kouros, que é inesquecível. Eu iniciei na diretoria na sua gestão. Então nos nossos méritos, acertos e desacertos, que são comuns numa vida de gestão, nós sempre estivemos juntos, e isso sempre foi muito precioso. Cumprimento o Exmo. Sr. Chefe do Gabinete Militar do governador e coordenador estadual da Defesa Civil, Cel. Paulo Roberto Bermudes Rezende, por quem temos grande estima. Parablenizo-lhe pelo talento. Na formação do Minas, nós temos um legado muito valioso da Polícia Militar. Tivemos o Cap. Albano, o Adolfo Guilherme, o Sr. Macedo, todos da Polícia Militar. O Minas segue com esse legado que nos inspira na disciplina e no conteúdo sempre correto de procedimento, que nós herdamos desses primeiros instrutores. Cumprimento a Exma. Sra. chefe da Assessoria de Relações Institucionais da Polícia Militar de Minas Gerais, a Ten.-Cel. Mirlir Cunha, representando a Polícia Militar. Parablenizo-lhe por essa instituição de excelência a qual você tem a honra de representar. Cumprimento o meu amigo, o Exmo. Sr. Marcelo de Souza e Silva, presidente da CDL BH e do Conselho Deliberativo do Sebrae. Marcelo, agradeço a você a parceria com o Minas, o carinho com o Minas e as ações positivas que rotineiramente pratica em prol da sociedade de Belo Horizonte, da sociedade de Minas Gerais. Parabéns a você! Cumprimento o atleta Caio, nosso grande campeão, representando todos os atletas minas-tenistas. Ainda me lembro da vez que você e o Ricardo, seu treinador, ingressaram lá no Minas. Já são tantos anos, tantas medalhas, tantas glórias, tantas conquistas! O meu muito obrigado, Caio.

Cumprimento o meu amigo, colega de escola, meu irmão, Ricardo Viera Santiago, vice-presidente do Conselho Deliberativo do Minas. O meu abraço e minha reverência a você, Ricardo. Cumprimento meu vice-presidente, Wagner, meu guru.

Seus preciosos conselhos nos ajudam no direcionamento do Minas durante esses anos. Cumprimento também o ex-presidente Sérgio Bruno, pessoa que tanto construiu em prol do Minas. Agradeço sua presença, Sérgio Bruno, e não deixo de registrar a importância da sua vida dedicada ao Minas. Cumprimento Marcolino Oliveira, grande presidente da Fecemg, que une todos os clubes do Estado. O Minas é sempre um apoiador, e você é um apoiador do Minas. Cumprimento o Zelão aí, do seu lado. Ambos representam todos os clubes de Belo Horizonte. Quero, na ordem das nominatas, cumprimentar meu médico, conselheiro do Minas e 2º- secretário, que hoje é aniversariante e está aqui conosco comemorando também seu aniversário, o Dr. Nelson Baisi. Cumprimento o Alexandre Abdala, diretor financeiro do Minas Tênis Clube, que tem a chave do cofre. Cumprimento o diretor de educação, Frederico Mascarenhas, que faz um excelente trabalho em prol da educação. Cumprimento o diretor social, Carlos Ferreira Mascarenhas, o nosso mito. Cumprimento Gil Marcos de Araújo, diretor de ginástica, nosso decano e inspirador. Cumprimento Fernando Zeferino, nosso diretor de operação, a maior área do clube, com um trabalho incansável. Cumprimento Marise Brandão, diretora de vôlei, com uma responsabilidade muito grande nessa modalidade tão campeã do clube. Cumprimento Roland Raad, diretor-ouvidor. Não é fácil: são 82 mil sócios. Tem que ouvir muito, não é? Haja ouvido, Raad! Cumprimento Sérgio Botrel Coutinho, nosso diretor de *marketing*. Afinal de contas, tudo tem que movimentar, precisamos dos recursos, não é, Botrel? Cumprimento a Célia Maria de Oliveira, diretora de responsabilidade socioambiental. Na pessoa da Celinha, cumprimento todos os voluntários.

E registro, aqui neste Plenário, a importância do que iremos realizar no próximo dia 24, quando transformaremos o programa Minas Tênis Solidário no Instituto Minas. Ficam todos convidados.

Cumprimento, ainda, Rúbia Márcia, diretora-ouvidora. Precisamos de bastantes ouvidos, não é, Rúbia? Cumprimento meu amigo Cel. Guedes, sempre um apoiador do Minas. Alegria, alegria, meu caro Guedes! Cumprimento Flávia do Valle, diretora de recreação e torneios. Cumprimento Rodrigo César Tavares, diretor de TI. Cumprimento Sérgio Braga, diretor-ouvidor. Precisamos de bastantes ouvidos, afinal de contas, nós temos no Minas a escuta ativa e assertiva. Cumprimento Jorge Bachur, diretor-geral do Minas Tênis Clube Náutico. Também não posso deixar de fazer referência ao Elvis Gaia, em cuja pessoa cumprimento todos os integrantes do Codese. Quero dizer que o Minas é “codeseano”, é parte dessa importante instituição que faz um trabalho importante para Belo Horizonte. Cumprimento Luciano Medrado, aqui também representando nosso conselho. Cumprimento o Arthur Cavalcanti, Arthurzinho, o conselheiro mais bonito do Minas, não é, Arthur? Então não posso deixar de assim dizê-lo. Alexandre Sampaio e Flávia Nunes, faço referência a vocês, representando aqui todos os pais de atletas, afinal de contas, para realizar tudo o que o Minas realiza, é preciso o apoio da família. Yuri Dolabella, representando os executivos, os colaboradores do Minas – o meu abraço, Yuri. Laura Almeida Teodoro de Souza, aluna do grupo de dança, a quem cumprimento, e, na sua pessoa, cumprimento todos do curso de dança que aqui vão representar. Cumprimento Paulo Brant, que está aqui, e Estevão Fiuza. Quero lembrar, Paulo, desta frase que nos foi muito inspiradora, que você alcinhou: “Em Minas Gerais, existem muitas igrejas, mas poucas catedrais”. E, no dizer do Paulo, e que nós assim o reconhecemos, o Minas é uma dessas catedrais.

Então eu quero dizer que é com muito orgulho e emoção que agradeço a V. Exa., deputado Tadeu Leite, presidente da Assembleia Legislativa, e ao deputado Doorgal Andrada, autor do requerimento que nos concede esta homenagem tão significativa, celebrando os 90 anos do Minas Tênis Clube.

Destaco quão bem esta Casa nos representa, por meio de um espírito jovem e inovador. Parabéns a vocês por este espírito não só jovem e inovador, mas também competente e de liderança. Por isso estendo os meus cumprimentos a todos os outros parlamentares desta Casa, porque ninguém faz nada sozinho. Se esta Casa tem este alcance maravilhoso é porque todos vocês estão em sintonia, então estendo a todos aqui.

Como ninguém faz nada sozinho, eu gratifico também os nossos associados, e, em especial, os nossos feras. Os nossos feras são nossos colaboradores, que são chamados carinhosamente de feras, que constroem diariamente este grande clube. Destaco

também nossos atletas, que levam a bandeira do clube, do Estado e do País. Com isso, ressalto que a verdadeira grandeza do Minas está justamente na colaboração máxima de todos que dele participam.

Esta instituição nasceu do sonho de promover saúde e bem-estar para a população de Belo Horizonte. Desde a sua inauguração, em 1935, como a primeira praça de esportes da Capital mineira, temos pautado nossa atuação em quatro pilares: educação, esporte, lazer e cultura. Quero ressaltar que, em 1935, na criação do Minas, houve um fato curioso: o Minas nasceu da inspiração da D. Geni, esposa do Otacílio Negrão de Lima. A história nos diz que estava lá a D. Geni, dançando – não sei dizer qual música, mas brevemente nós iremos divulgá-la, porque certamente é inspiradora – com o prefeito Otacílio. Quando a D. Geni teve a ideia que ela tinha visto numa revista: instituições de esporte, instituições que fomentavam o esporte foram criadas nos Estados Unidos. Naquele tempo, a gente pode imaginar... Não havia internet, Rodrigo, você que é da TI, e está acostumado com esta informação corrente, vigorosa. Naquele tempo não havia esta circulação. Então deve ter demorado alguns meses ou talvez até alguns anos para essa revista chegar às mãos da D. Geni. Mas ela viu essa matéria e confidenciou então, vamos dizer, durante essa valsa com o Otacílio Negrão, que precisava criar uma instituição que fosse voltada para o esporte, que fosse voltada para a cultura. O Otacílio, então, se dirigiu ao interventor da época, que era o governador Benedito Valadares. Onde é o Minas 1 se chamava – vou dizer – Buraco Fundo, porque ali era uma grota. Naquele tempo, acreditavam que ali talvez nada poderia ser feito e que seria improdutivo. Então, naquela grota, brotou o Minas Tênis Clube, essa instituição pujante. Quero referenciar – e não posso deixar de fazê-lo – a D. Geni, em nome da qual abraço todas as mulheres aqui presentes, porque, realmente, essa inspiração nasceu da D. Geni confidenciando isso ao Benedito.

Por isso acredito que o diferencial do Minas vai além da qualidade e da excelência com as quais o clube atua, pois conta com um fator que também é comum a esta Casa: a mineiridade. Refiro-me à nossa capacidade, ou seja, à capacidade de todos nós, mineiros, de sermos colaborativos e acolhedores, de agirmos com escuta ativa e receptividade. Essa é a maior herança que herdamos e transferimos de geração em geração. Não é à toa que somos conhecidos como a terra da generosidade.

Devido a isso, o eterno clube da Rua da Bahia é reconhecido nacionalmente não apenas como um celeiro de clã de atletas mas também pelo compromisso com a formação de cidadãos conscientes, humanos e preparados para viver em sociedade. Esse é, sem dúvida, o nosso maior legado. E temos aqui, nesta Casa, dois exemplos, dois baluartes. A educação pelo esporte é vigorosa e, realmente, produz cidadãos para o mundo – com o máximo respeito, eu vou citar novamente o nosso presidente Tadeu, porque ele é um esportista do vôlei; e o nosso deputado Doorgal, um atleta do triatlo – que levam esses valores do esporte pela vida toda.

Por isso, em nome do Minas Tênis, registro a nossa profunda gratidão à Assembleia Legislativa de Minas Gerais por esta homenagem, a qual dedico, com orgulho, a todos aqueles que enxergam o nosso clube como um espaço de convivência, alegria e pertencimento. Faço minhas as frases de Guimarães Rosa para traduzir em palavras o que este momento bem mineiro significa para todos nós, minas-tenistas: “Minas são muitas; porém, poucos são aqueles que conhecem as mil faces das Gerais. Minas entende, atende, toma tento, avança, peleja e faz”. O Minas Tênis é isso. Sobre a nossa mineiridade, na frase de Guimarães Rosa, quero aqui repetir: “O Minas também avança, o Minas toma tento, o Minas peleja e o Minas também faz”. São 90 anos de realização, e é o Minas do futuro e é o Minas para o futuro.

Muito obrigado a todos vocês, que aqui estão. Não posso deixar de encerrar sem agradecer a presença do Eduardo, representando o TRF da 1ª Região; e a Virgínia, representando a OAB, como conselheira federal. Muito obrigado a todos.

Palavras do Presidente

O meu boa-noite a todas e a todos. Primeiro, quero dizer da minha felicidade e da minha alegria de receber, nesta noite, aqui, na Casa do povo mineiro, na Assembleia Legislativa, na Casa dos 21 milhões de mineiros, todos vocês, tendo a oportunidade de homenagear talvez um dos mais tradicionais clubes que temos em todo o País – e por que não dizer no mundo? –, dada a história, o conhecimento e, especialmente, a transformação nas pessoas que o Minas fez e faz.

Caro amigo presidente, quando eu estava vendo aquele vídeo muito bem-feito, inclusive, passou um filme na minha cabeça, não só do que vivi no Minas, e vou falar daqui a pouquinho sobre isso, mas especialmente sobre a quantidade de histórias que já passaram dentro do Minas e que passam ainda hoje. Quantas famílias foram formadas, quantos caracteres foram formados dentro desse clube! É por isso que nós estamos aqui, hoje, com muita honra e felicidade, tendo a oportunidade de comemorar esses 90 anos do Minas.

Por intermédio do querido amigo Carlos Henrique, presidente do Minas, e do Kouros, presidente do Conselho Deliberativo do Minas, eu quero cumprimentar todos os colaboradores do conselho e da diretoria e as pessoas que fazem o Minas acontecer dia após dia. Muito obrigado! Parabéns pelo trabalho que fazem à frente desse importante clube.

Querido amigo Doorgal Andrada, parceiro no Parlamento e um dos deputados que hoje, talvez, tenham mais experiência dentro da Casa, porque preside a comissão mais importante da Assembleia, que é a primeira comissão, a Comissão de Constituição e Justiça, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem e também triatleta. O Minas tem 1 milhão de atletas, mas nós temos um atleta que é o Doorgal, o nosso grande triatleta. Querido amigo, é muito bom tê-lo ao lado de todos nós.

Querido amigo Cel. Rezende, nosso chefe do Gabinete Militar do Governador e coordenador da Defesa Civil, também é muito bom tê-lo no Parlamento. V. Exa. já tem muita liberdade na Casa e, com muita frequência, está aqui defendendo especialmente a Defesa Civil, que é uma pauta importante no nosso estado. É bom tê-lo aqui mais uma vez, neste momento. Da mesma forma, Cel. Mirlir Cunha, também representando a Polícia Militar, agradeço pela sua presença. Querido amigo Marcelo de Souza e Silva, presidente da CDL e do Sebrae, muito obrigado, amigo, por tê-lo aqui, mais uma vez, na nossa Casa. Na pessoa do atleta Caio, eu quero cumprimentar todos os atletas que se fazem presentes – as galerias estão cheias!

Presidente, esta semana está sendo uma semana muito interessante para a Assembleia. Nós estamos tendo, talvez, na minha opinião, o melhor programa da Assembleia, que é o Parlamento Jovem, por meio do qual nós trazemos jovens de todo o interior do Estado. Por uma semana, eles têm a oportunidade de discutir temas. Amanhã de manhã, inclusive, nos mesmos lugares onde os senhores e as senhoras estão sentados, esses jovens que são escolhidos, no interior, através das câmaras municipais, vão ter oportunidade de ser, por um dia, deputados neste Plenário, escolhendo e votando as pautas. Então esta semana está sendo muito especial para a Assembleia, não só pelo Parlamento Jovem, mas também por receber tantos jovens atletas e também todos vocês nesta noite de hoje.

Querido amigo Márcio Cunha, ex-deputado desta Casa e também conselheiro, um abraço! É bom revê-lo. Ex-vice-governador Paulo Brant, é muito bom também tê-lo aqui, no Parlamento mineiro.

Minhas senhoras e meus senhores, “Cultura, esporte e educação”, nesse lema simples, mas emblemático, o Minas Tênis Clube faz caber um universo de possibilidades que expandem os horizontes dos seus associados e fazem desse clube um dos mais destacados de Minas e do Brasil.

Muito além do desempenho premiado dos seus atletas, nas mais variadas modalidades, como já foi falado pelo Doorgal e pelo nosso presidente, o seu legado não se resume às conquistas esportivas de alcance nacional e internacional, mas também proporciona à sociedade uma formação ética e humana. O Minas é um verdadeiro patrimônio mineiro, que formou gerações de atletas, cidadãos e lideranças. É um espaço de encontro e de fortalecimento da família, de valorização da cultura, da arte e do compromisso social.

Sei disso por experiência própria, como disse mais cedo. Trago, no coração, as lembranças do meu tempo de adolescente e de estudante, quando vim morar em Belo Horizonte, depois de ter saído lá de Montes Claros, no Norte do Estado, e a extensão da minha casa era o Minas, que é onde eu ia nadar, jogar vôlei e me encontrar com os amigos. Foi lá que a obra de Manuel de Barros, abro aspas, “Meu quintal é maior do que o meu mundo”, fecho aspas, ganhou sentido para mim. O meu quintal foi um território de

infinitas oportunidades, um espaço de convivência e de descobertas que despertou em mim não só o gosto pelo esporte, mas também pelo espírito coletivo, uma percepção que, de certa forma, molda e baliza, até hoje, a minha forma de agir na vida pública.

Por falar em amizade, tenho a honra de dividir essa admiração pelo Minas com o meu amigo deputado Doorgal, que solicitou, junto comigo, a realização desta homenagem. Exímio triatleta, o clube é também seu espaço preferido de treinamento e de lazer, assim como o é também para tantos outros colegas deputados que são minas-tenistas convictos. Ainda no rol das amizades, quero felicitar, de modo especial, o nosso presidente e querido amigo Carlos Henrique, com quem tenho a honra de conviver desde longa data, pela excelente gestão que tem realizado. E uso da licença poética para dizer que grande é também o seu amor por este clube, que você traz cravado em seu coração. Sabemos que a ele você dedica seus maiores esforços. E me arrisco em dizer que tem por ele uma verdadeira devoção.

Ao celebrar seus 90 anos, o Minas Tênis Clube reafirma a importância de se cultivarem valores que transformam vidas: o espírito esportivo, a solidariedade, a busca pela excelência e o respeito à tradição. É uma instituição de trajetória admirável, Wagner, já quase centenária, graças ao empenho incansável de todas e todos que dedicam a sua vida a servir ao propósito maior que caracteriza o clube: o bem-estar dos associados e a busca pela excelência esportiva e humana.

Portanto é com grande satisfação que, em nome de toda a Assembleia de Minas, dos 77 deputados e deputadas, prestamos esta homenagem ao Minas Tênis Clube, pelos seus 90 anos, e a estendemos às suas diretorias, ao seu corpo técnico, aos funcionários e a todas as gerações dessa imensa família minas-tenista que tanto nos orgulha.

Desejo que essa trajetória continue a iluminar o caminho do esporte, da cultura e da educação do nosso estado. Como disse Nelson Mandela: “O esporte tem o poder de mudar o mundo. Ele tem o poder de inspirar, de unir as pessoas como poucas coisas conseguem”. E é isto que o Minas Tênis Clube representa para todos nós: união, inspiração e transformação. Que essa celebração não seja apenas uma lembrança do passado, mas uma inspiração para o futuro. Vida longa ao Minas Tênis Clube! É muito bom tê-los aqui, mais uma vez. Parabéns a todos vocês!

A locutora – Após o encerramento regimental, assistiremos a uma apresentação artística do grupo de dança do Minas Tênis Clube.

O presidente – Vamos lá, então, porque estou doido para ver essa apresentação.

Encerramento

O presidente – A presidência manifesta a todos os agradecimentos pela presença honrosa e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a reunião especial de amanhã, dia 19, às 9h30min, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 17/9/2025

Às 15h38min, comparecem à reunião a deputada Bella Gonçalves e os deputados Leleco Pimentel e Professor Cleiton (substituindo o deputado Betão, por indicação da liderança do BDL), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Bella Gonçalves, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência, publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: da Companhia de Saneamento de Minas Gerais (um ofício em 3/7/2025); da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (um ofício em 17/7/2025); da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais (dois ofícios em 17/7/2025); da Polícia Militar de Minas Gerais (um ofício em 17/7/2025 e três ofícios em 1º/8/2025); e da Secretaria de Estado de Governo (um ofício em 12/9/2025). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que

compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. Retira-se o deputado Professor Cleiton e registra-se a presença do deputado Doutor Jean Freire (substituindo o deputado Betão, por indicação da liderança do BDL). São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 17.000/2025, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias – Seinfra – pedido de providências para que sejam revistas as mudanças que retiraram sete linhas de ônibus metropolitanos do embarque na Rodoviária de Belo Horizonte, medida que tem afetado diretamente o direito de ir e vir de milhares de cidadãos ao transferir passageiros para pontos externos sem garantia de condições adequadas de acessibilidade e segurança; e para que seja celebrado convênio ou adotada alternativa contratual de forma a isentar os passageiros de ônibus metropolitanos da cobrança da taxa de embarque, preservando o valor das passagens sem comprometer a dignidade e a proteção dos usuários do transporte coletivo;

nº 17.003/2025, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp –, à Defensoria Pública de Minas Gerais – DPMG – e ao Ministério Público de Minas Gerais – MPMG – pedido de providências para assegurarem a realização de oficinas de artesanato na unidade prisional de Muriaé, em cumprimento ao disposto no Regulamento de Normas de Procedimentos do Sistema Prisional de Minas Gerais – ReNP –, especialmente em seu art. 173;

nº 17.004/2025, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp – pedido de providências para que seja solucionada a inoperância da linha telefônica do Núcleo de Assistência às Famílias – NAF – da Penitenciária de Francisco Sá, cujo não funcionamento impossibilita familiares e advogados de realizar o agendamento de visitas; e para que sejam oferecidos outros canais de comunicação para a realização dos agendamentos, de modo a garantir o direito de convívio familiar das pessoas privadas de liberdade e o acompanhamento jurídico por seus representantes legais;

nº 17.005/2025, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp –, à Defensoria Pública de Minas Gerais – DPMG – e ao Ministério Público de Minas Gerais – MPMG – pedido de providências para a reimplantação da Escola Cened – Centro de Educação Profissional no Complexo Penitenciário de Ponte Nova, no Presídio de Muriaé e na Penitenciária Doutor Manoel Martins Lisboa Junior, em Muriaé;

nº 17.006/2025, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp – pedido de providências para apuração de denúncias acerca de irregularidades no Centro de Remanejamento Provisório do Sistema Prisional – Gameleira e nos Presídios de São Joaquim de Bicas I e II e para correção dessas irregularidades, que incluem condições insalubres de higiene e fornecimento de água, celas superlotadas, alimentação frequentemente imprópria para consumo e servida em horários irregulares, além de ausência de atendimento médico adequado, associada a mortes recentes, e de denúncias de agressões físicas cometidas por policiais penais contra custodiados, bem como restrições ao direito de visitação, com atrasos e danificação de *kits* de higiene e de correspondências, quadro que caracteriza grave violação de direitos humanos e que demanda urgente intervenção administrativa e estrutural para garantir a saúde, a integridade física e a dignidade das pessoas privadas de liberdade;

nº 17.095/2025, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Cataguases pedido de providências para que seja oferecida assistência jurídica e acompanhamento psicológico às vítimas dos ataques covardes que ocorreram em 15/9/2025, nesse município, a moradores em situação de rua;

nº 17.096/2025, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado à Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências para que seja instaurado, em caráter emergencial, inquérito policial, utilizando-se todos os meios de investigação para identificação, localização e responsabilização dos autores dos ataques às pessoas em situação de rua na cidade de Cataguases, em 15/9/2025;

nº 17.098/2025, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejus – ao Centro de Remanejamento do Sistema Prisional em Juiz de Fora e ao Departamento Penitenciário de Minas Gerais – Depen-MG – pedido de providências para que sejam adotadas medidas imediatas para se garantir o direito constitucional à saúde do custodiado Weverton da Silva Honório, Infopen nº 1152825, atualmente recolhido no Centro de Remanejamento Provisório do Sistema Prisional – Ceresp – de Juiz de Fora;

nº 17.099/2025, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, ao diretor do Centro de Remanejamento do Sistema Prisional em Juiz de Fora e ao diretor-geral do Departamento Penitenciário de Minas Gerais – Depen – pedido de informações a respeito da situação do custodiado Weverton da Silva Honório, Infopen nº 1152825, atualmente recolhido no Centro de Remanejamento Provisório do Sistema Prisional – Ceresp – de Juiz de Fora, detalhando-se os agendamentos médicos, odontológicos e psiquiátricos já realizados, com a devida comprovação de datas e profissionais responsáveis; a razão da divergência de informações acerca do cancelamento de consulta odontológica e a responsabilidade funcional de cada setor envolvido; as medidas adotadas para assegurar o acompanhamento psicológico e médico do custodiado diante do risco de agravamento de seu quadro de saúde; as providências tomadas para garantir o pleno exercício do direito constitucional à saúde da população privada de liberdade; e a posição do custodiado nas filas de espera para atendimento odontológico e psiquiátrico, bem como o tempo médio de espera nesses casos;

nº 17.100/2025, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejus – pedido de providências para que adote medidas emergenciais de policiamento preventivo nas regiões de maior vulnerabilidade social de Cataguases, a fim de evitar novos ataques à população em situação de rua, semelhantes ao ocorrido em 15 de setembro de 2025;

nº 17.132/2025, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja formulado voto de congratulações com a deputada federal Erika Hilton (PSol) por sua trajetória política e sua destacada atuação em defesa dos direitos humanos, da diversidade e da justiça social no Brasil;

nº 17.133/2025, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejus – pedido de providências para adoção de medidas imediatas para apuração das graves violações de direitos humanos constatadas no Presídio Regional da Comarca de Montes Claros, na Ala H, em que estão custodiados os internos LGBTQIA+;

nº 17.134/2025, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado à Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG – e à Promotoria de Combate ao Racismo e Todas as Outras Formas de Discriminação – CCRAD – pedido de providências para apuração de possível prática criminosa de racismo ocorrida na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG –, no Campus Pampulha, o que configura ofensa direta aos direitos humanos, em especial aos princípios da igualdade, da dignidade e da não discriminação, previstos nos arts. 1º, inciso III, e 5º da Constituição Federal;

nº 17.135/2025, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado ao Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos, Controle Externo da Atividade Policial e Apoio Comunitário – Caodh – e à Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências para instauração de inquérito policial acerca de crimes de racismo religioso, intolerância religiosa e discurso de ódio cometidos pelo deputado federal Marco Feliciano no Município de Conselheiro Lafaiete, em 13/9/2025, durante o evento Celebrai, custeado com recursos públicos;

nº 17.136/2025, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja realizada audiência pública para debater sobre o Dia Internacional da Saúde Mental e o Dia de Luta contra as Comunidades Terapêuticas, em defesa da Rede de Atenção Psicossocial – Raps – e do cuidado em liberdade;

nº 17.137/2025, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado ao Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos, Controle Externo da Atividade Policial e Apoio Comunitário – Caodh –, à Promotoria de Defesa da Saúde – CAO-Saúde –, ao Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente – Caodca –, à Secretaria de Estado de Saúde, à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese –, à Defensoria Pública de Minas Gerais – DPMG – e ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCE-MG – pedido de providências para apuração das graves violações de direitos humanos e das omissões estruturais no funcionamento de comunidades terapêuticas – CTs –, especialmente quanto ao atendimento de adolescentes, uma vez que as CTs operam sem condições mínimas de segurança, com instalações inadequadas, falta de extintores eficazes, uso de cadeados em alas de internação, ausência de transparência quanto a registros de mortes e maus-tratos, além de atividades forçadas de caráter religioso, laborterapia compulsória e tarefas assemelhadas ao trabalho escravo; e seja encaminhado aos titulares dos referidos órgãos pedido de informações sobre o número de comunidades terapêuticas autorizadas ou em funcionamento no Estado que internam adolescentes; os critérios e processos de licenciamento, fiscalização, controle de qualidade e responsabilização dessas instituições; os valores de repasses públicos (federais, estaduais e municipais) destinados a essas CTs nos últimos cinco anos no Estado; e os registros de incidentes graves (mortes, incêndios, maus-tratos, violações de direitos humanos) ocorridos nessas instituições, enviando-se a esta Casa cópias dos documentos com registro das apurações existentes;

nº 17.138/2025, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja formulada manifestação de apoio ao Instituto Primeira Semente pelo trabalho desenvolvido em prol do fortalecimento da espiritualidade, da liberdade religiosa, da cultura e da promoção dos direitos humanos;

nº 17.139/2025, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja formulada manifestação de apoio à vereadora Sandra Maria Perpétuo, da Câmara Municipal de Governador Valadares, pelas ameaças de morte sofridas em razão de sua atuação parlamentar, no dia 14/9/2025;

nº 17.140/2025, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja formulada manifestação de apoio à vereadora Jamille Mylena de Freitas Gomes, do Município de Viçosa, por ter sido vítima de violência política de gênero ao ser interrompida e atacada com ofensas durante o exercício legítimo de sua função parlamentar, tendo sido injustamente chamada de “abortista”;

nº 17.141/2025, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado à Câmara Municipal de Governador Valadares, à Procuradoria da Mulher da Câmara Municipal de Governador Valadares, à Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG – em Governador Valadares e ao Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos, Controle Externo da Atividade Policial e Apoio Comunitário – Caodh – em Belo Horizonte pedido de providências para adotar as medidas cabíveis diante da grave situação de violência política de gênero sofrida pela vereadora Sandra Maria Perpétuo, do Município de Governador Valadares, que foi vítima de ameaças de morte, em 14/9/2025, em decorrência de sua atuação parlamentar, o que configura não apenas um ataque individual, mas também uma violação aos direitos humanos e ao Estado Democrático de Direito;

nº 17.161/2025, da deputada Beatriz Cerqueira e outros, em que requerem seja realizada audiência pública para debater sobre a transparência, a governança e a correta aplicação dos recursos financeiros provenientes do acordo de Brumadinho, firmado em 4 de fevereiro de 2021;

nº 17.164/2025, da deputada Bella Gonçalves e outros, em que requerem seja realizada audiência de convidados, para a qual seja convidada a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad –, para debater a afetação, os impactos e as violações de direitos humanos das comunidades do entorno da Serra do Curral em razão das atividades irregulares de mineração envolvidas no esquema de corrupção apurado nas operações Poeira Vermelha e Rejeito.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 22 de setembro de 2025.

Bella Gonçalves, presidenta – Leleco Pimentel.

 **ORDENS DO DIA****ORDEM DO DIA DA 59ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA,
EM 23/9/2025, ÀS 14 HORAS****1ª Parte****1ª Fase (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)**1ª Fase**

Comunicações e atos da presidência. Apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

Votação do Requerimento nº 3.016/2023, da Comissão dos Direitos da Mulher, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Governo pedido de informações sobre as políticas públicas existentes no Estado que estão disponíveis para o atendimento prioritário e específico de mulheres negras. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 3.021/2023, da Comissão dos Direitos da Mulher, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre os serviços de saúde mental disponíveis para o atendimento específico e prioritário de mulheres negras, detalhando-se os locais onde eles são prestados e os atendimentos realizados nos últimos quatro anos, discriminados ano a ano. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 3.137/2023, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado à presidente da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais – Fhemig – pedido de informações sobre a linha de cuidado das pessoas acometidas pela hanseníase nas Casas de Saúde Santa Izabel, Santa Fé, São Francisco de Assis e Padre Damião, com os detalhamentos que especifica. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 3.462/2023, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de informações sobre os critérios utilizados pela Superintendência de Gestão de Vagas para o remanejamento de indivíduos privados de liberdade no âmbito do sistema prisional do Município de Juiz de Fora. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 4.119/2023, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado ao diretor-presidente da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de informações sobre o derramamento de óleo na Represa de Três Marias, ocorrido em 1º/10/2023, com acionamento da sirene por volta das 13 horas, consubstanciadas em estudo para averiguar as responsabilidades sobre esse sinistro e sobre a morte de espécies de peixes e outros animais ligada aos altos decibéis da sirene, conforme relatado na 12ª Reunião Extraordinária da comissão, em 2/10/2023. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 4.127/2023, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias pedido de informações sobre a situação do projeto executivo para a pavimentação da Rodovia MG-214 e da Rodovia MG-211, com detalhamento do cronograma que está em elaboração. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 4.498/2023, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias pedido de informações sobre a forma como será aplicado e executado o montante de R\$5.800.000.000,00 no Triângulo Mineiro, com vistas a melhorar a trafegabilidade na região, conforme anúncio da secretaria de que é titular, amplamente divulgado pelos meios de comunicação em 9/9/2023; e sobre o motivo do aumento das tarifas das praças de pedágio de responsabilidade da EPR Triângulo, tendo em vista que, em agosto de 2023, foi anunciado o valor de R\$11,48, posteriormente alterado para R\$12,70. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 6.070/2024, da Comissão de Assuntos Municipais, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações consubstanciadas na relação dos municípios que não receberão a segunda parcela de recursos referentes ao Plano Estadual de Contingência para Enfrentamento das Arboviroses – PEC-Arbo –, aprovado pela Deliberação CIB-SUS-MG nº 4.414, de 18 de outubro de 2023, com foco em dengue, *chikungunya*, *zika* e febre amarela, relativamente ao período de dezembro de 2023 a novembro de 2025. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 6.074/2024, da Comissão de Assuntos Municipais, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre a gestão e o monitoramento estadual da aplicação de defensivos UBV nos municípios (fumacê), com o detalhamento e o mapeamento do número de carros nos municípios, o diagnóstico da funcionalidade e efetividade de nebulizadores costais motorizados nos municípios e a relação dos investimentos realizados pelo governo do Estado, diferenciando-se os recursos oriundos do Tesouro Estadual dos decorrentes de repasses federais. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 6.075/2024, da Comissão de Assuntos Municipais, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre a atuação das superintendências regionais de saúde na fiscalização e aplicação dos planos de contingência para enfrentamento das arboviroses nos municípios e sobre as ações de apoio da secretaria de que é titular aos municípios, em casos de falta de insumos, esclarecendo-se se há algum projeto de integração dos bancos de dados relativos ao controle de arboviroses no Estado. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 6.849/2024, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado ao diretor-geral do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG – pedido de informações sobre a identificação exata dos trechos da Rodovia BR-367 sob sua jurisdição. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 6.854/2024, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado ao diretor-geral do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG – pedido de informações sobre a existência de permissão para tráfego de caminhões tritrens em rodovias não pavimentadas. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 8.620/2024, da Comissão de Agropecuária, em que requer seja encaminhado ao comandante-geral do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG – pedido de informações sobre a estrutura existente para combate a incêndios florestais nas diversas regiões do Estado e as demandas de efetivo e equipamentos necessários para a garantia de condições aceitáveis de atuação da corporação. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 9.878/2024, da Comissão Extraordinária de Prevenção e Enfrentamento ao Câncer, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre o número de pacientes diagnosticados com

mesotelioma pleural no Estado; os municípios com maior índice da doença; os critérios estabelecidos para o seu diagnóstico; e o tipo de qualificação exigida dos profissionais de saúde que atendem aos pacientes diagnosticados com essa doença. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 10.059/2025, da Comissão de Defesa do Consumidor, em que requer seja encaminhado ao diretor-presidente da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de informações consubstanciadas em documento que contenha o cronograma detalhado das obras atualmente em andamento e das previstas pela Cemig, com a especificação das datas de início e conclusão, além de eventuais alterações no planejamento originalmente estabelecido; as informações sobre os atrasos ocorridos em obras programadas nos últimos cinco anos, incluída a indicação dos motivos que os ocasionaram e as medidas adotadas para regularizar esses atrasos; a discriminação dos investimentos realizados pela Cemig, nos últimos cinco anos, por município e tipo de obra, com a indicação das fontes de financiamento e da destinação dos recursos empregados; a relação das obras de reforço de rede, aumento de carga e construção de subestações, incluída a localização das intervenções, os objetivos e os prazos de execução estabelecidos para cada uma dessas obras; a apresentação dos índices de continuidade do serviço (DEC e FEC) nos últimos cinco anos, especificados por conjunto de unidades consumidoras; e as medidas adotadas para a melhoria contínua da qualidade do fornecimento de energia no Estado, com ênfase nos planos de modernização, expansão e manutenção da rede elétrica, com vistas a dar mais transparência ao planejamento e à execução dos investimentos e à prestação de serviços. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 10.082/2025, da Comissão do Trabalho, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre as reuniões, encontros, seminários e outras atividades do Comitê Estadual de Atenção ao Migrante, Refugiado e Apátrida, Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Erradicação do Trabalho Escravo – Comitrate – programados para o ano de 2025. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 10.583/2025, da Comissão Extraordinária de Defesa da Habitação e da Reforma Urbana, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social e ao presidente da Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais – Cohab – pedido de informações sobre o volume de investimentos da Cohab, especificando-se o número de unidades habitacionais entregues e em construção e os municípios contemplados e detalhando-se a execução financeira do Fundo Estadual de Habitação – FEH – e das dotações orçamentárias dos programas e ações do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – no setor habitacional nos últimos dois anos. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 10.628/2025, da Comissão de Defesa do Consumidor, em que requer seja encaminhado ao diretor-presidente da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de informações sobre a possibilidade de implementação de ações específicas para atender as comunidades rurais, garantindo o acesso facilitado aos serviços oferecidos, com foco na expansão da infraestrutura de distribuição de energia elétrica e na melhoria no atendimento ao cliente nessas regiões. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 10.630/2025, da Comissão de Defesa do Consumidor, em que requer seja encaminhado ao diretor-presidente da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de informações sobre a existência de um sistema de acompanhamento em tempo real de quedas de energia na rede de distribuição e de processos e planos de melhoria voltados para a manutenção e o suporte nesses casos. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 10.632/2025, da Comissão de Defesa do Consumidor, em que requer seja encaminhado ao diretor-presidente da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de informações sobre a existência de planos ou projetos voltados para a desburocratização do processo de implementação de energia solar individual, com o objetivo de facilitar o acesso e a adoção dessa tecnologia pelos consumidores. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 10.715/2025, da Comissão da Pessoa com Deficiência, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre o número de atendimentos realizados por mês, em 2024 e 2025, pelos serviços especializados de reabilitação da deficiência intelectual – Serdi – no Estado. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 10.717/2025, da Comissão da Pessoa com Deficiência, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Educação pedido de informações sobre a atuação dos centros de referência em educação especial inclusiva – Creis –, consubstanciadas em documento em que se especifiquem o número desses centros em funcionamento em cada regional do Estado, as atividades desenvolvidas por eles e o número de profissionais formados desde a sua implementação, por regional; e no cronograma de formação dos Creis e das superintendências regionais de ensino – SREs – para o ano de 2025. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 10.718/2025, da Comissão da Pessoa com Deficiência, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Educação pedido de informações sobre a oferta de transporte escolar para conduzir os estudantes com deficiência para as salas de recursos, indicando-se o quantitativo de transporte escolar disponibilizado pelo Estado para esse fim. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 10.762/2025, da Comissão de Cultura, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Cultura e Turismo pedido de informações sobre os programas e ações no âmbito do Estado que preveem investimento direto na salvaguarda e promoção do patrimônio cultural imaterial de Minas Gerais, bem como da memória das lideranças, dos detentores dessa cultura e das comunidades em que se manifestam. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 10.770/2025, da Comissão de Cultura, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Cultura e Turismo pedido de informações sobre os instrumentos de gestão que estão sendo adotados para compatibilizar as exigências de acesso aos recursos do Fundo Estadual de Cultura – FEC – com a finalidade de desconcentração e descentralização da aplicação desses recursos, considerando grupos populares, periféricos e tradicionais, inclusive os grupos culturais e comunidades atingidos pela mineração; a existência ou não de uma estratégia formal para democratização e desburocratização do formato dos editais do FEC nos termos do novo Marco Regulatório do Fomento à Cultura – Lei Federal nº 14.903, de 2024 –, e, não havendo, que sejam informadas as razões. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 10.777/2025, da Comissão de Cultura, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Cultura e Turismo – Secult – pedido de informações acerca das iniciativas que estão sendo tomadas por essa secretaria para o financiamento da cultura a partir da plena vigência da reforma tributária, que prevê a extinção do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 11.134/2025, da Comissão de Defesa do Consumidor, em que requer seja encaminhado ao diretor-geral do Instituto de Metrologia e Qualidade do Estado de Minas Gerais – Ipem-MG – pedido de informações sobre as principais irregularidades, identificadas no ano de 2024, que prejudicaram os consumidores, especificando-se os setores da economia afetados e os dados demográficos dos consumidores lesados. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 11.149/2025, da Comissão de Minas e Energia, em que requer seja encaminhado ao diretor-presidente da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de informações sobre as ações, obras e investimentos em andamento voltados à expansão da infraestrutura de transmissão e distribuição de energia elétrica no Estado, especialmente no que tange ao suporte à geração distribuída de energia solar fotovoltaica. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 11.180/2025, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Fazenda, à secretária de Estado de Planejamento e Gestão e à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre o edifício da antiga sede do Departamento de Ordem Política e Social de Minas Gerais – Dops-MG –, prédio tombado e já designado para ser a sede do Memorial de Direitos Humanos Casa da Liberdade, em Belo Horizonte, conforme projeto lançado em 2018 pelo governo do Estado, em observância à Lei nº 13.448, de 2000, detalhando-se o orçamento previsto e a despesa realizada, desde janeiro de 2020, na manutenção desse equipamento público e nas ações destinadas à instalação do memorial. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 11.250/2025, da Comissão do Trabalho, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre as ações de pós-resgate de pessoas em situação análoga à escravidão que foram realizadas e as que estão sendo planejadas para o ano de 2025 no Estado. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 11.257/2025, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Fazenda pedido de informações consubstanciadas na relação de todos os terrenos e imóveis de propriedade do Estado que se encontram vazios ou ociosos, discriminados por município, com a especificação de sua classificação como urbanos ou rurais e com seus respectivos valores de mercado, conforme avaliação mais recente. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 11.332/2025, da Comissão da Pessoa com Deficiência, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre a implementação da Lei nº 24.547, de 2023, que alterou a Lei nº 13.641, de 2000, para incluir o levantamento de dados relativos à população com transtorno do espectro do autismo – TEA – no censo da pessoa com deficiência no Estado. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 11.334/2025, da Comissão da Pessoa com Deficiência, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre a adoção das medidas de competência do Estado para a implementação da Lei Federal nº 14.992, de 2024, que altera a Lei Federal nº 13.667, de 2018, para estabelecer medidas que favoreçam a inserção de pessoas com transtorno do espectro autista no mercado de trabalho. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 11.335/2025, da Comissão da Pessoa com Deficiência, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre a situação da implementação da Lei nº 25.038, de 2024, que institui a política estadual de trabalho com apoio para pessoas com deficiência. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 11.352/2025, da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre as iniciativas promovidas por esse órgão para reduzir o tempo de espera na realização de cirurgias eletivas no Estado, em especial na área de oncologia. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 11.353/2025, da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre a regulação de cirurgias no Estado, em especial sobre o tempo médio de espera para cirurgias eletivas, separadas por especialidade, em 2024 e 2025, e o número de pacientes aguardando cirurgia em Minas Gerais, discriminados por tipo e por região. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 11.354/2025, da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre a atenção oncológica no Estado, em especial sobre o número de estabelecimentos habilitados para atendimento oncológico por macrorregião; o número de pacientes oncológicos em acompanhamento pelo Sistema Único de

Saúde – SUS – em 2024 e 2025, por tipo de câncer; e o tempo médio entre o diagnóstico e o início do tratamento em cada unidade de referência. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 11.372/2025, da Comissão de Prevenção e Combate às Drogas, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde, ao secretário de Estado de Educação e ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de informações sobre as ações empreendidas pelo Estado para reduzir a exposição de crianças e jovens ao uso de álcool e outras drogas. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 11.386/2025, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado ao presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais – TJMG – pedido de informações sobre os dados da Comissão de Conflitos Fundiários e do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania para Demandas Territoriais, Urbanas e Rurais, e de Grande Repercussão Social – Cejusc Social – relativos aos conflitos fundiários urbanos, agrários e socioambientais no Estado, especificando-se o número de processos nos quais a comissão e o centro atuaram, de janeiro de 2020 até maio de 2025, discriminados ano a ano e por município e região, número de pessoas envolvidas, tipo de propriedade relacionada – se pública ou privada, se rural ou urbana – e desdobramentos. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 11.387/2025, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado ao titular da Secretaria de Estado de Casa Civil – SCC – e à titular da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de informações sobre o quantitativo dos atuais conflitos fundiários urbanos, agrários e socioambientais existentes no Estado, discriminados por ano de início, município e região, número de pessoas envolvidas e tipo de propriedade relacionada (se pública ou privada, se rural ou urbana). A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 11.388/2025, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado ao procurador-geral de justiça do Ministério Público de Minas Gerais pedido de informações consubstanciadas nos dados do Centro de Autocomposição de Conflitos e Segurança Jurídica – Compor – relativos aos conflitos fundiários urbanos, agrários e socioambientais no Estado, especificando-se o número de processos nos quais o centro atuou desde a sua instituição, em setembro de 2021, por meio da Resolução PGJ nº 42, discriminados ano a ano e por município e região, número de pessoas envolvidas, tipo de propriedade relacionada – se pública ou privada, se rural ou urbana – e desdobramentos. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 11.412/2025, da Comissão de Administração Pública, em que requer seja encaminhado ao procurador-geral de justiça pedido de informações sobre indenizações e compensações pagas, por comunidade, tipo de dano e número de atingidos pelo rompimento da Barragem de Fundão ainda sem reparação financeira, com a identificação dos principais entraves ao pagamento. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 11.417/2025, da Comissão de Administração Pública, em que requer seja encaminhado ao diretor-geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam – pedido de informações sobre a qualidade da água no Rio Doce e nos demais cursos hídricos atingidos pelo rompimento da Barragem de Fundão, em Mariana, a situação dos sistemas de abastecimento nas comunidades e o plano de monitoramento hídrico. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 11.422/2025, da Comissão de Administração Pública, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Educação pedido de informações sobre os dados relativos ao acesso à educação nos reassentamentos, à disponibilidade de transporte escolar e à infraestrutura das unidades escolares da rede pública de ensino nas localidades do Estado atingidas pelo rompimento da Barragem de Fundão, em Mariana. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 11.423/2025, da Comissão de Administração Pública, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre o número de unidades habitacionais entregues e pendentes nos reassentamentos de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo e Gesteira; os prazos de conclusão; a qualidade da infraestrutura; e as medidas de acompanhamento social às famílias reassentadas no contexto do processo de reparação relativo ao rompimento da Barragem de Fundão, em Mariana. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 11.426/2025, da Comissão de Administração Pública, em que requer seja encaminhado ao presidente do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – Iepha-MG – pedido de informações sobre as ações de preservação, salvaguarda ou compensação do patrimônio cultural, tanto material quanto imaterial, atingido pelo rompimento da Barragem de Fundão, em Mariana, com ênfase em bens históricos, festas religiosas e saberes tradicionais. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 11.429/2025, da Comissão de Administração Pública, em que requer seja encaminhado ao procurador-geral de justiça e à defensora pública-geral pedido de informações sobre o cumprimento do Anexo 2 do Acordo de Repactuação da Bacia do Rio Doce, que disciplina as indenizações individuais a pessoas físicas e jurídicas de pequeno porte, substituindo os programas anteriores, como Cadastro, PIM, Pafe e Novel, esclarecendo-se as denúncias de alterações unilaterais nas regras sem participação das pessoas atingidas e as medidas adotadas para garantir transparência e efetividade na reparação. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 11.432/2025, da Comissão de Defesa do Consumidor, em que requer seja encaminhado ao procurador-geral de justiça e ao coordenador do Procon Estadual de Minas Gerais pedido de informações sobre os dados de atendimento e de atuação no enfrentamento do superendividamento de consumidores mineiros. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 11.436/2025, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Educação pedido de informações sobre a execução físico-financeira das ações e dos programas relativos à educação no Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – e na Lei Orçamentária Anual – LOA –, referentes ao período de 2019 a 2024, com indicação daqueles relacionados ao cumprimento das metas e estratégias do Plano Estadual de Educação – PEE. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 11.438/2025, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Educação pedido de informações substanciadas em relatório analítico do cumprimento de metas e estratégias do Plano Estadual de Educação, no período de 2019 a 2024, referenciado em dados e indicadores de fontes oficiais existentes ou de elaboração própria. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 11.441/2025, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Educação e à secretária de Estado de Planejamento e Gestão pedido de informações sobre se o serviço de transporte escolar para os alunos matriculados na rede estadual, no Município de Carangola, inclusive para os alunos com deficiência, está sendo prestado de forma regular, especificando-se, em caso positivo, o prazo do convênio ou instrumento jurídico em vigor, com encaminhamento à comissão de cópia do documento, e, em caso negativo, os motivos para a irregularidade na oferta do transporte escolar; e se há alguma pretensão de encerramento da oferta de transporte escolar para os alunos com deficiência matriculados na rede estadual de ensino, nesse município, conforme denúncia recebida pela presidência da comissão, por meio do Ofício nº 089/2025/SEC.LEG, enviado pela Câmara Municipal de Carangola, especificando-se, em caso positivo, qual é a motivação do encerramento da oferta de transporte escolar para os referidos alunos. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 11.458/2025, da Comissão de Minas e Energia, em que requer seja encaminhado ao diretor-geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam – pedido de informações sobre a efetivação da cobrança pelo uso de recursos hídricos em todas as circunscrições hidrográficas. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 11.460/2025, da Comissão de Minas e Energia, em que requer seja encaminhado ao diretor-presidente da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa – pedido de informações sobre o plano de investimentos em infraestrutura de abastecimento de água e as projeções para a universalização desse serviço. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 11.519/2025, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações sobre o atual estágio do descomissionamento das barragens com alteamento a montante no Estado, especificando-se os prazos previstos para o descomissionamento dessas estruturas, nos termos da Lei nº 23.291, de 2019, conhecida como Mar de Lama Nunca Mais, de modo a formalizar os dados apresentados em audiência pública realizada em 5/5/2025. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 11.520/2025, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado ao diretor-geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam – pedido de informações consubstanciadas em relatório dos resultados das análises de monitoramento da qualidade da água da bacia hidrográfica em que está situada a Lagoa da Petrobras, em especial do Córrego Pintado, do Ribeirão Ibirité e da Lagoa da Petrobras, no âmbito do Programa Água de Minas, de forma a documentar as violações ocorridas no ano de 2025. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 11.534/2025, da Comissão de Agropecuária, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento pedido de informações sobre os trabalhos de regulamentação da política estadual de agricultura irrigada sustentável, instituída pela Lei nº 24.931, de 25/7/2024. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 11.677/2025, da Comissão de Defesa do Consumidor, em que requer seja encaminhado ao presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais – TJMG – pedido de informações sobre ações judiciais promovidas por consumidores contra operadoras de planos de saúde no Estado, com dados detalhados por comarca, natureza das demandas, pedidos mais recorrentes, frequência de concessão de medidas liminares e decisões de mérito, bem como quaisquer dados estatísticos que contribuam para o entendimento da magnitude e dos padrões desses litígios e que possam subsidiar eventuais deliberações internas ou encaminhamentos do tribunal para formulação de políticas públicas voltadas ao amparo dos consumidores que, diante de negativas de cobertura e outros obstáculos contratuais, têm recorrido à via judicial para assegurar o direito à saúde. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 12.106/2025, da Comissão de Cultura, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Cultura e Turismo pedido de informações sobre os projetos atualmente beneficiados por meio do incentivo fiscal à cultura, detalhando-se os nomes desses projetos, os números dos certificados de autorização, os municípios de realização, os nomes dos proponentes, os nomes dos incentivadores, os dados referentes à data de entrada dos pedidos de homologação, a data das homologações pela Secretaria de Estado de Cultura e Turismo – Secult – e a situação atual dos projetos no sistema; e sobre a contrapartida ao Fundo Estadual de Cultura, detalhando-se os valores das contrapartidas estabelecidas para cada projeto, bem como os critérios utilizados para definição das contrapartidas no momento da emissão da declaração de incentivo. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 12.197/2025, da Comissão de Cultura, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Cultura e Turismo e à secretária de Estado de Planejamento e Gestão pedido de informações sobre o contingente de pessoal dedicado à cultura e o contingente dedicado ao turismo, a fim de avaliar se a estrutura atual da Secretaria de Estado de Cultura e

Turismo – Secult – está adequada às necessidades de cada uma dessas áreas, e sobre a previsão de novo concurso público para atender essas necessidades. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 12.274/2025, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado à chefe da Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG – pedido de informações sobre as ações implementadas com foco na valorização dos policiais civis e na oferta a essa categoria de condições de trabalho adequadas, inclusive no que se refere à aplicação de recursos do Tesouro Estadual; sobre os valores destinados à recomposição e reestruturação de efetivos, salários e carreiras, abrangendo a fixação de interstícios mínimo e máximo e de critérios para promoção e progressão, recompensas por bons serviços prestados, a fixação de critérios para a realização de concursos públicos, o acompanhamento dos profissionais em processos de aposentadoria, a implantação de sistema informatizado para avaliação objetiva de desempenho e a padronização estadual de critérios para suspensão temporária do porte de arma de fogo; sobre os valores destinados à promoção da saúde e da qualidade de vida, abrangendo a identificação dos serviços de saúde física e mental disponibilizados e a verificação das condições de acesso, da qualidade e da abrangência desses serviços, o levantamento de informações e dados relativos ao quantitativo e à motivação de afastamentos por doenças ocupacionais, acidentes de trabalho ou estresse, o levantamento das medidas para prevenir o alcoolismo, o tabagismo, a ansiedade, a depressão, a dependência química, as doenças ocupacionais, os distúrbios do sono, o estresse, a obesidade mórbida, o suicídio, o transtorno do estresse pós-traumático e outros fatores de risco, o levantamento das situações de insalubridade nos ambientes de trabalho e a identificação das medidas para garantir aos profissionais condições de saúde e segurança no exercício de suas funções e a identificação das medidas para assegurar proteção aos profissionais que atuem como denunciante, depoente e testemunha; sobre os valores destinados à formação e capacitação, abrangendo a oferta de cursos de capacitação, graduação e pós-graduação nas academias de polícia, escolas para formação e universidades públicas; e sobre os valores destinados à reestruturação e ao funcionamento das unidades da PCMG, abrangendo a aquisição de armamentos, máscaras, munições, coletes balísticos, uniformes e viaturas em quantidade suficiente e com alto padrão de qualidade. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 12.275/2025, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao comandante-geral do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG – pedido de informações sobre as ações implementadas com foco na valorização dos bombeiros militares e na oferta a essa categoria de condições de trabalho adequadas, inclusive no que se refere à aplicação de recursos do Tesouro Estadual; sobre os valores destinados à recomposição e reestruturação de efetivos, salários e carreiras, abrangendo a fixação de interstícios mínimo e máximo e de critérios para promoção e progressão, recompensas por bons serviços prestados, a fixação de critérios para a realização de concursos públicos, o acompanhamento dos profissionais em processos de aposentadoria, reserva remunerada ou reforma, a implantação de sistema informatizado para avaliação objetiva de desempenho e a padronização estadual de critérios para suspensão temporária do porte de arma de fogo; sobre os valores destinados à promoção da saúde e da qualidade de vida, abrangendo a identificação dos serviços de saúde física e mental disponibilizados e a verificação das condições de acesso, da qualidade e da abrangência desses serviços, o levantamento de informações e dados relativos ao quantitativo e à motivação de afastamentos por doenças ocupacionais, acidentes de trabalho ou estresse, o levantamento das medidas para prevenir o alcoolismo, o tabagismo, a ansiedade, a depressão, a dependência química, as doenças ocupacionais, os distúrbios do sono, o estresse, a obesidade mórbida, o suicídio, o transtorno do estresse pós-traumático e outros fatores de risco, o levantamento das situações de insalubridade nos ambientes de trabalho e a identificação das medidas para garantir aos profissionais condições de saúde e segurança no exercício de suas funções e a identificação das medidas para assegurar proteção aos profissionais que atuem como denunciante, depoente e testemunha; sobre os valores destinados à formação e capacitação, abrangendo a oferta de cursos de capacitação, graduação e pós-graduação nas academias de polícia, escolas de formação e universidades públicas; e sobre os valores destinados à reestruturação e ao funcionamento das unidades do CBMMG, abrangendo a aquisição de equipamentos, uniformes e veículos em quantidade suficiente e com alto padrão de qualidade. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 12.276/2025, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de informações sobre as ações implementadas com foco na valorização dos policiais penais e dos agentes de segurança socioeducativos e na oferta a essas categorias de condições de trabalho adequadas, inclusive no que se refere à aplicação de recursos do Tesouro Estadual; sobre os valores destinados à recomposição e reestruturação de efetivos, salários e carreiras, abrangendo a fixação de interstícios mínimo e máximo e de critérios para promoção e progressão, recompensas por bons serviços prestados, a fixação de critérios para a realização de concursos públicos, o acompanhamento dos profissionais em processos de aposentadoria, a implantação de sistema informatizado para avaliação objetiva de desempenho e a padronização estadual de critérios para suspensão temporária do porte de arma de fogo; sobre os valores destinados à promoção da saúde e da qualidade de vida, abrangendo a identificação dos serviços de saúde física e mental disponibilizados e a verificação das condições de acesso, da qualidade e da abrangência desses serviços, o levantamento de informações e dados relativos ao quantitativo e à motivação de afastamentos por doenças ocupacionais, acidentes de trabalho ou estresse, o levantamento das medidas para prevenir o alcoolismo, o tabagismo, a ansiedade, a depressão, a dependência química, as doenças ocupacionais, os distúrbios do sono, o estresse, a obesidade mórbida, o suicídio, o transtorno do estresse pós-traumático e outros fatores de risco, o levantamento das situações de insalubridade nos ambientes de trabalho e a identificação das medidas para garantir aos profissionais condições de saúde e segurança no exercício de suas funções e a identificação das medidas para assegurar proteção aos profissionais que atuem como denunciantes, depoentes e testemunhas; sobre os valores destinados à formação e capacitação, abrangendo a oferta de cursos de capacitação, graduação e pós-graduação em escolas de formação e universidades públicas; e sobre os valores destinados à reestruturação e ao funcionamento das unidades dos sistemas prisional e socioeducativo, abrangendo a aquisição de armamentos, máscaras, munições, coletes balísticos, uniformes e viaturas em quantidade suficiente e com alto padrão de qualidade. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 12.277/2025, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de informações sobre as ações implementadas com foco na valorização dos policiais militares e na oferta a essa categoria de condições de trabalho adequadas, inclusive no que se refere à aplicação de recursos do Tesouro Estadual; sobre os valores destinados à recomposição e reestruturação de efetivos, salários e carreiras, abrangendo a fixação de interstícios mínimo e máximo e de critérios para promoção e progressão, recompensas por bons serviços prestados, a fixação de critérios para a realização de concursos públicos, o acompanhamento dos profissionais em processos de aposentadoria, reserva remunerada ou reforma, a implantação de sistema informatizado para avaliação objetiva de desempenho e a padronização estadual de critérios para suspensão temporária do porte de arma de fogo; sobre os valores destinados à promoção da saúde e da qualidade de vida, abrangendo a identificação dos serviços de saúde física e mental disponibilizados e a verificação das condições de acesso, da qualidade e da abrangência desses serviços, o levantamento de informações e dados relativos ao quantitativo e à motivação de afastamentos por doenças ocupacionais, acidentes de trabalho ou estresse, o levantamento das medidas para prevenir o alcoolismo, o tabagismo, a ansiedade, a depressão, a dependência química, as doenças ocupacionais, os distúrbios do sono, o estresse, a obesidade mórbida, o suicídio, o transtorno do estresse pós-traumático e outros fatores de risco, o levantamento das situações de insalubridade nos ambientes de trabalho e a identificação das medidas para garantir aos profissionais condições de saúde e segurança no exercício de suas funções e a identificação das medidas para assegurar proteção aos profissionais que atuem como denunciantes, depoentes e testemunhas; sobre os valores destinados à formação e capacitação, abrangendo a oferta de cursos de capacitação, graduação e pós-graduação nas academias de polícia, escolas de formação e universidades públicas; e sobre os valores destinados à reestruturação e ao funcionamento das unidades da PMMG, abrangendo a aquisição de armamentos, máscaras, munições, coletes balísticos, uniformes e viaturas em quantidade suficiente e com alto padrão de qualidade. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 12.299/2025, da Comissão da Pessoa com Deficiência, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Educação e ao superintendente regional de ensino de Montes Claros pedido de informações sobre o critério de distribuição de estudantes que necessitam de profissional de apoio em sala de aula, esclarecendo-se se tem havido inclusão desses estudantes e acompanhamento escolar especializado para eles. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 12.331/2025, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias pedido de informações consubstanciadas em relatórios, estudos ou deliberações que contenham os dados, referentes aos últimos 10 anos, discriminados ano a ano, relativos à quantidade de ações de fiscalização específicas voltadas ao combate do transporte irregular de passageiros; à quantidade de ações de fiscalização específicas sobre a regularidade dos serviços prestados pelas empresas concessionárias de transporte de passageiros; ao número de veículos autuados por transporte irregular de passageiros, com identificação do dispositivo infringido, seja do Código de Trânsito Brasileiro ou da Lei nº 19.445, de 2011; ao número de apreensões de veículos realizadas em decorrência de transporte irregular; ao valor total das multas aplicadas e ao valor efetivamente arrecadado; às medidas administrativas adotadas com relação às empresas reincidentes ou em situação irregular; à estrutura atualmente disponível para fiscalização, como, por exemplo, efetivo, veículos, equipamentos e convênios com outros órgãos; aos principais trechos ou regiões do Estado com maior incidência de transporte irregular; à política de planejamento estratégico para enfrentamento do transporte irregular de passageiros e de fiscalização de irregularidades cometidas pelas empresas concessionárias de transporte de passageiros; e ao número do efetivo disponível para as operações de fiscalização e aos mecanismos vigentes de cooperação celebrados com órgãos pertinentes, tais como a Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – e a Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 12.402/2025, da Comissão dos Direitos da Mulher, em que requer seja encaminhado à chefe da Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG – pedido de informações sobre o quantitativo de inquéritos policiais instaurados e não concluídos nas Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher – Deams –, de janeiro de 2023 a dezembro de 2024, relacionados aos crimes de feminicídio consumado e tentado e aos crimes de sequestro e cárcere privado, lesão corporal decorrente de violência doméstica, perseguição e ameaça; de inquéritos policiais instaurados e concluídos nas Deams, de janeiro de 2023 a dezembro de 2024, relacionados aos crimes de feminicídio consumado e tentado e aos crimes de sequestro e cárcere privado, lesão corporal decorrente de violência doméstica, perseguição e ameaça, indicando-se, em ambos os casos, a taxa de elucidação; de inquéritos policiais instaurados e não concluídos nas Deams, até dezembro de 2022, relacionados a crimes violentos contra as mulheres, inclusive crimes de feminicídio consumado e tentado; de ocorrências policiais (Reds) aportadas nas Deams e ainda não recebidas, via sistema, pela autoridade policial, relacionadas a crimes violentos contra as mulheres; de ocorrências policiais aportadas nas Deams, de 2020 a 2024, por descumprimento de medidas protetivas; e de expedientes apartados de medidas protetivas expedidas pelas Deams, ano a ano, de 2020 a 2024; e sobre os principais entraves institucionais e estruturais que dificultam a tramitação regular dos inquéritos policiais que versam sobre crimes violentos contra as mulheres e as medidas em curso e a serem adotadas para a superação desses entraves, bem como os dados, as estatísticas e os avanços conquistados com a experiência do programa ProDeam, implantado em Belo Horizonte. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 12.926/2025, da Comissão do Trabalho, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre as ações empreendidas para apoiar, acolher, encaminhar e orientar os trabalhadores resgatados de trabalho em condições análogas à de escravo no primeiro semestre de 2025, bem como sobre as ações planejadas para o segundo semestre deste ano. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 13.280/2025, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, ao comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG –, à comandante-geral do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG – e à chefe da Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG – pedido de informações consubstanciadas em relatório detalhado dos cortes de gastos na área de segurança pública, realizados em decorrência do contingenciamento de despesas instaurado pelo Decreto nº 49.025, de 19 de abril de 2025, bem como dos valores despendidos pelos referidos órgãos, mês a mês, com cada um dos itens e setores afetados, considerado o período de 12 meses anteriores à edição da norma citada e os meses subsequentes ao início do contingenciamento, detalhando-se as razões que justificaram as escolhas dos itens e dos setores impactados. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 13.351/2025, da Comissão de Minas e Energia, em que requer seja encaminhado ao diretor-geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam – pedido de informações sobre os critérios e requisitos técnicos e jurídicos adotados na legislação do Estado para a concessão de outorga para o direito de uso de recursos hídricos e para o licenciamento ambiental de empreendimentos minerários que envolvem dutoviários que utilizam água dos reservatórios Serra Azul, Rio Manso e Vargem das Flores, que compõem o Sistema Paraopeba, com os detalhamentos que especifica. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 13.352/2025, da Comissão de Minas e Energia, em que requer seja encaminhado à secretária Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações sobre os critérios e requisitos técnicos e jurídicos adotados na legislação do Estado para a concessão de outorga para o direito de uso de recursos hídricos e para o licenciamento ambiental de empreendimentos minerários que envolvem dutoviários que utilizam água dos reservatórios Serra Azul, Rio Manso e Vargem das Flores, que compõem o Sistema Paraopeba, com os detalhamentos que especifica. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 13.353/2025, da Comissão de Minas e Energia, em que requer seja encaminhado à presidente da Fundação Estadual de Meio Ambiente – Feam – pedido de informações sobre os critérios e requisitos técnicos e jurídicos adotados na legislação do Estado para a concessão de outorga para o direito de uso de recursos hídricos e para o licenciamento ambiental de empreendimentos minerários que envolvem dutoviários que utilizam água dos reservatórios Serra Azul, Rio Manso e Vargem das Flores, que compõem o Sistema Paraopeba, especificando-se o estágio de cada um dos processos em análise, nesse órgão, que visem à concessão de outorga para utilização de recursos hídricos desse sistema envolvendo minerodutos no Estado; as projeções atualizadas de disponibilidade hídrica do Sistema Paraopeba, com os detalhamentos que especifica. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

2ª Fase

Nenhuma proposição para apreciação nesta fase.

3ª Fase

Pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 26ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 23/9/2025

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 758/2023, da deputada Bella Gonçalves; 944/2019, do deputado Coronel Henrique; 390/2023, do deputado Marquinho Lemos; 480/2023, do deputado Doorgal Andrada; 656/2023, do deputado Betinho Pinto Coelho; 761/2023, da deputada Bella Gonçalves; 1.449/2023, da deputada Beatriz Cerqueira; 1.631/2023, do deputado Dr. Maurício; 2.423/2024, da deputada Nayara Rocha; 2.576/2024, da deputada Ione Pinheiro e do deputado Doutor Jean Freire; 2.953/2024, da deputada Ione Pinheiro; 3.138/2024, do deputado Gustavo Santana; 3.153/2024, da deputada Ione Pinheiro; 3.292 e 3.294/2025, do deputado Betinho Pinto Coelho; 3.477/2025, da deputada Chiara Biondini; 3.740/2025, do deputado Marquinho Lemos; 3.824/2025, do deputado Professor Cleiton; 3.896/2025, do deputado Duarte Bechir; 3.935/2025, do deputado Grego da Fundação; 3.969/2025, da deputada Carol Caram; 3.975/2025, do deputado Bosco; 3.981/2025, do deputado Grego da Fundação; 3.997/2025, da deputada Beatriz Cerqueira; 4.009/2025, da deputada Andréia de Jesus; 4.010/2025, da deputada Beatriz Cerqueira; 4.042/2025, do deputado Leleco Pimentel; 4.049 e 4.072/2025, da deputada Bella Gonçalves; 4.075/2025, da deputada Ione Pinheiro; 4.077/2025, do deputado Duarte Bechir; 4.127/2025, do deputado João Vítor Xavier; 4.137, 4.162 e 4.167/2025, do deputado Gil Pereira; 4.178/2025, do deputado Gustavo Santana; e 4.331/2025, do deputado Professor Cleiton.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 3.141/2024, do deputado Mauro Tramonte; 3.770/2022, do deputado Noraldino Júnior; 580/2023, do deputado Cristiano Silveira; 1.391/2023, do deputado Bosco; 2.474/2024, do deputado Neilando Pimenta; 2.841/2024, do deputado Zé Guilherme; 2.954/2024, do deputado Cristiano Silveira; 3.006/2024, do deputado Tadeu Leite; 3.602/2025, da deputada Nayara Rocha; 4.038/2025, da deputada Lud Falcão; 4.088/2025, da deputada Andréia de Jesus; 4.092/2025, do deputado Gustavo Valadares; 4.113/2025, do deputado Neilando Pimenta; 4.126/2025, do deputado Rodrigo Lopes; 4.128/2025, da deputada Andréia de Jesus; 4.131/2025, da deputada Lud Falcão; 4.147 a 4.149/2025, do deputado Celinho Sintrocel; 4.157/2025, do deputado Betão; 4.158/2025, do deputado Marquinho Lemos; 4.160/2025, do deputado Oscar Teixeira; 4.169/2025, da deputada Nayara Rocha; e 4.236/2025, do deputado João Magalhães.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10H30MIN DO DIA 23/9/2025

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE DEFESA DA HABITAÇÃO E DA REFORMA URBANA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 11 HORAS DO DIA 23/9/2025

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14 HORAS DO DIA 23/9/2025**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 2º turno: Projetos de Lei n°s 2.226/2020, do deputado Osvaldo Lopes; 3.521/2022, do deputado Doorgal Andrada; 1.162/2023, da deputada Lud Falcão; 1.272/2023, do deputado Zé Guilherme; 2.822/2024, do deputado Ulysses Gomes; 3.110/2024, do deputado Roberto Andrade; e 3.144/2024, do deputado Zé Laviola.

No 1º turno: Projetos de Lei n°s 2.903/2021, do deputado Coronel Henrique; 1.296/2023, do deputado Eduardo Azevedo; 1.760/2023, das deputadas Bella Gonçalves e Andréia de Jesus; 3.522/2022, do deputado Doorgal Andrada; 3.826/2022, do deputado Gustavo Santana; 1.250/2023, do deputado Betão; 1.633/2023, da deputada Nayara Rocha; 2.451 e 2.557/2024, do deputado Rodrigo Lopes; 3.287/2025, da deputada Amanda Teixeira Dias; 3.297/2025, do deputado Betinho Pinto Coelho; 3.422/2025, do deputado Tito Torres; e 4.014/2025, do deputado Sargento Rodrigues.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos n°s 12.898/2025, da Comissão de Segurança Pública; 13.677/2025, da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte; 13.745/2025, da Comissão de Direitos Humanos; e 13.762/2025, do deputado Lucas Lasmar.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14 HORAS DO DIA 23/9/2025**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 2º turno: Projeto de Lei n° 3.704/2022, da deputada Ana Paula Siqueira.

No 1º turno: Projeto de Lei n° 3.536/2025, da deputada Lohanna e outras.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos n°s 2.979/2023, do deputado Delegado Christiano Xavier; e 13.486/2025, da deputada Leninha e outras.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

3ª Parte

Audiência pública destinada a debater os impactos da mineração na vida das mulheres negras mineiras, com o objetivo de construir compromissos efetivos com o bem viver, em referência à II Marcha das Mulheres Negras por Reparação e Bem Viver, a ser realizada em 25/11/2025, em Brasília (DF), e à COP30, que ocorrerá em novembro de 2025, em Belém (PA).

Recebimento e votação de requerimentos.

ORDEM DO DIA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 23/9/2025**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 1.438/2023, do deputado Raul Belém.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 2.074/2024, do deputado Eduardo Azevedo; 3.317/2025, do deputado Bosco; e 3.910/2025, da deputada Carol Caram.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 13.063/2025, do deputado Lincoln Drumond; 13.283/2025, da deputada Andréia de Jesus; 13.773 e 13.774/2025, do deputado Grego da Fundação; 13.933/2025, da Comissão de Participação Popular; e 13.941/2025, da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 23/9/2025**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 2.510/2021, do deputado Sargento Rodrigues.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.480/2023, do deputado Neilando Pimenta; 3.655/2025, do deputado Delegado Christiano Xavier; e 4.071/2025, do deputado João Magalhães.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 13.539/2025, do deputado Leonídio Bouças; 13.590/2025, da Comissão de Minas e Energia; 13.760 e 13.934/2025, da Comissão de Participação Popular; 13.891/2025, da deputada Andréia de Jesus; 13.937, 13.943, 13.963 e 13.964/2025, do deputado Grego da Fundação; 13.952/2025, da Comissão de Direitos Humanos; e 13.955/2025, do deputado Elismar Prado.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15H30MIN DO DIA 23/9/2025**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGROPECUÁRIA E AGROINDÚSTRIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 23/9/2025**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projeto de Lei nº 3.119/2024, do deputado Delegado Christiano Xavier.

Requerimento nº 13.482/2025, da Comissão de Participação Popular.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 23/9/2025**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimento nº 13.497/2025, da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**EDITAIS DE CONVOCAÇÃO****EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Comissão de Saúde**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Amanda Teixeira Dias e os deputados Doutor Wilson Batista, Lincoln Drumond e Lucas Lasmar, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 23/9/2025, às 9h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater a campanha Setembro Amarelo, com ênfase nos efeitos psicológicos, sociais e econômicos sofridos por idosos vítimas de golpes e desinformações, e de construir propostas de políticas públicas e ações educativas voltadas à prevenção de fraudes e à conscientização e acolhimento da população idosa.

Sala das Comissões, 22 de setembro de 2025.

Arlen Santiago, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Delegado Christiano Xavier, Bruno Engler, Eduardo Azevedo e Rafael Martins, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 23/9/2025, às 11 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o 2º Turno do Projeto de Lei nº 1.059/2023, do deputado Caporezzo; de votar, em turno

único, os Requerimentos nºs 13.958 e 13.959/2025, do deputado Sargento Rodrigues; e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 22 de setembro de 2025.

Sargento Rodrigues, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

2ª Reunião Plenária da Comissão Interestadual Parlamentar de Estudos para o Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio Doce

Nos termos regimentais, convoco os deputados Celinho Sintrocel, Adriano Alvarenga, Enes Cândido, Leleco Pimentel e Zé Laviola, membros do Estado de Minas Gerais da supracitada comissão, e os deputados Janete de Sá, Alcântaro Filho, Dary Pagung, Raquel Lessa e Sérgio Meneguelli, membros do Estado do Espírito Santo da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 24/9/2025, às 11h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 22 de setembro de 2025.

Leleco Pimentel, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Prevenção e Combate ao Uso de Crack e Outras Drogas

Nos termos regimentais, convoco as deputadas Marli Ribeiro e Chiara Biondini e os deputados Leandro Genaro e Luizinho, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 23/9/2025, às 14h50min, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 22 de setembro de 2025.

Delegada Sheila, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Nos termos regimentais, convoco a deputada Chiara Biondini e os deputados Enes Cândido, Antonio Carlos Arantes, Hely Tarquínio, Leonídio Bouças e Ulysses Gomes, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 23/9/2025, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar os Pareceres para o 1º Turno do Projeto de Lei nº 4.081/2025, do governador do Estado; sobre emendas ao Projeto de Lei nº 3.274/2021, da deputada Beatriz Cerqueira; sobre emendas ao Projeto de Lei nº 2.924/2024, do Tribunal de Justiça; e do Projeto de Lei nº 3.278/2016, do deputado Sargento Rodrigues; e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 22 de setembro de 2025.

Zé Guilherme, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Participação Popular

Nos termos regimentais, convoco os deputados Marquinho Lemos, Arnaldo Silva, Doutor Jean Freire e Neilando Pimenta, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 23/9/2025, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 22 de setembro de 2025.

Ricardo Campos, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Administração Pública

Nos termos regimentais, convoco as deputadas Beatriz Cerqueira e Nayara Rocha e os deputados Rodrigo Lopes, Charles Santos, Professor Cleiton e Sargento Rodrigues, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 23/9/2025, às 16 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater o Projeto de Lei nº 4.222/2025, de autoria do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a transferir, para a União ou para entidade por ela controlada, a participação societária do Estado na Minas Gerais Participações S.A. – MGI –, para fins de adesão ao Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados – Propag.

Sala das Comissões, 22 de setembro de 2025.

Adalclever Lopes, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Cultura

Nos termos regimentais, convoco as deputadas Andréia de Jesus e Lohanna e os deputados Mauro Tramonte e Oscar Teixeira, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 23/9/2025, às 9h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de debater, em audiência pública, medidas eficazes para a proteção e a preservação do patrimônio histórico do Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais – DER-MG –, compreendendo prédios, equipamentos, mobiliário e acervo documental localizados na Alameda Ezequiel Dias, nº 45 (Prédio A), e na Avenida dos Andradas, nº 1.120 (Prédio B), em Belo Horizonte.

Sala das Comissões, 22 de setembro de 2025.

Professor Cleiton, presidente.



TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 3.931/2025

Comissão de Cultura

Relatório

De autoria da deputada Ana Paula Siqueira, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação de Cultura Afro-Brasileira de Ouro Branco – Acafro –, com sede no Município de Ouro Branco.

O projeto foi distribuído às Comissões de Constituição e Justiça e de Cultura. A primeira comissão examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto de lei em análise pretende declarar de utilidade pública a Associação de Cultura Afro-Brasileira de Ouro Branco – Acafro –, com sede no Município de Ouro Branco, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como escopo a promoção dos direitos culturais.

Conforme parecer da Comissão de Constituição e Justiça, o exame da documentação que instrui o processo constatou atendimento integral às exigências mencionadas no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998, que contém os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública.

Quanto ao mérito, de acordo com o referido estatuto, a entidade busca, entre outros objetivos, promover a cultura, o esporte e a assistência social para crianças, adolescentes e famílias, por meio da capoeira e da musicalidade, como ferramentas de acesso à socialização, à cidadania e aos principais valores humanos.

Tendo em vista o trabalho desenvolvido pela associação, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.931/2025, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 17 de setembro de 2025.

Andréia de Jesus, relatora.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 3.979/2025

Comissão de Cultura

Relatório

De autoria do deputado Professor Cleiton, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação de Congo Três Bandeiras, com sede no Município de Cássia.

O projeto foi distribuído às Comissões de Constituição e Justiça e de Cultura. A primeira comissão examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto de lei em análise pretende declarar de utilidade pública a Associação de Congo Três Bandeiras, com sede no Município de Cássia, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como escopo a promoção dos direitos culturais.

Conforme parecer da Comissão de Constituição e Justiça, o exame da documentação que instrui o processo constatou atendimento integral às exigências mencionadas no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998, que contém os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública.

No mérito, de acordo com seu estatuto, a entidade busca, entre outros objetivos, incentivar e promover a música e as tradições culturais, além de desenvolver programas sociais e atividades esportivas e de lazer. Como terno de congado do Município de Cássia, a associação desempenha o papel de guardiã da cultura afro-brasileira, preservando a identidade do povo por meio da fé, da dança e da música. Sua relevância manifesta-se na transmissão de valores ancestrais, na expressão de resistência e no fortalecimento da comunidade, mantendo viva a memória de luta e liberdade, ao mesmo tempo em que conecta o sagrado ao cotidiano e afirma a identidade negra pela tradição.

Tendo em vista o trabalho desenvolvido pela Associação de Congo Três Bandeiras, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.979/2025, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 17 de setembro de 2025.

Andréia de Jesus, relatora.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 22/9/2025, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Gabriel Augusto da Silva, padrão VL-35, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Vitório Júnior;

exonerando Júlia Duarte César, padrão VL-29, 6 horas, com exercício no Gabinete da Comissão de Agropecuária e Agroindústria;

nomeando Leonardo D'Angelo Toledo, padrão VL-35, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Vitório Júnior.

TERMO DE CONTRATO Nº 42/2025

Número no Siad: 9478755

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Maxvídeo Comércio e Serviços Ltda. Objeto: aquisição de um processador de áudio, para emissoras de TV, que atenda as recomendações e regulamentações relativas ao controle de volume de acordo com padrões brasileiros. Vigência: seis meses contados da data da publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP. Licitação: pregão eletrônico. Dotação orçamentária: 1011.01.031.729.4.239.0001.4.4.90.10.1.

ESTADO DE MINAS GERAIS – PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO DE 2024 A AGOSTO DE 2025

RGF – ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea “a”)

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	LIQUIDADAS													
	Set/24	Out/24	Nov/24	Dez/24	Jan/25	Fev/25	Mar/25	Abr/25	Mai/25	Jun/25	Jul/25	Ago/25	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	125.510.488,13	125.047.743,47	182.383.656,52	288.636.054,30	123.839.246,77	125.128.355,85	126.543.819,33	125.924.116,32	134.287.774,60	138.181.620,87	169.977.916,57	137.027.231,53	1.802.488.024,26	1.001.000,00
Pessoal Ativo	79.273.618,65	78.074.440,80	135.165.689,03	212.368.599,58	77.469.427,77	77.297.928,42	78.644.695,54	78.050.950,35	84.282.510,68	89.081.755,34	102.705.417,27	86.761.543,54	1.179.176.576,97	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	64.264.075,26	63.235.887,37	120.316.296,92	183.973.190,55	62.770.896,56	62.454.279,96	63.758.463,85	63.156.048,58	68.087.969,68	71.776.284,46	86.821.066,89	70.934.664,14	981.549.124,22	0,00
Obrigações Patronais	15.009.543,39	14.838.553,43	14.849.392,11	28.395.409,03	14.698.531,21	14.843.648,46	14.886.231,69	14.894.901,77	16.194.541,00	17.305.470,88	15.884.350,38	15.826.879,40	197.627.452,75	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	46.236.869,48	46.973.302,67	47.217.967,49	76.267.454,72	46.369.819,00	47.830.427,43	47.899.123,79	47.873.165,97	50.005.263,92	49.099.865,53	67.272.499,30	50.265.687,99	623.311.447,29	1.001.000,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	40.676.454,74	40.741.230,50	41.340.214,68	65.476.554,10	40.696.866,63	42.025.153,68	41.933.336,90	42.063.345,12	44.119.655,96	43.344.305,79	60.898.720,43	44.420.519,65	547.736.358,18	1.001.000,00
Pensões (5)	5.560.414,74	6.232.072,17	5.877.752,81	10.790.900,62	5.672.952,37	5.805.273,75	5.965.786,89	5.809.820,85	5.885.607,96	5.755.559,74	6.373.778,87	5.845.168,34	75.575.089,11	0,00
Outras Despesas de Pessoal – Contratos de Terceirização ou de Contratação de Forma Indireta (§1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	14.201.273,10	12.969.696,68	75.995.719,76	97.179.229,98	17.486.469,58	17.772.928,31	19.189.813,02	18.505.490,83	19.094.230,75	21.034.282,36	19.699.547,85	23.713.168,87	356.841.851,09	1.001.000,00
(-) Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária (1)	1.540.378,96	248.261,27	359.444,40	318.725,84	245.911,43	254.654,88	1.472.397,88	797.033,69	235.123,22	403.499,48	277.462,59	201.940,35	6.354.833,99	0,00
(-) Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	23.953,17	21.943,27	270.116,10	0,00	106.450,19	823.869,06	638.070,78	1.884.402,57	1.001.000,00
(-) Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	58.006.000,00	62.054.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	120.060.000,00	0,00
(-) Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados (2) e (5)	12.660.894,14	12.721.435,41	17.630.275,36	34.806.504,14	17.240.558,15	17.494.320,26	17.695.471,87	17.438.341,04	18.859.107,53	20.524.332,69	18.598.216,20	18.390.889,01	224.060.345,80	0,00
(-) Despesas de Caráter Indenizatório (3)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.482.268,73	4.482.268,73	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III)=(I - II)	111.309.215,03	112.078.046,79	106.387.936,76	191.456.824,32	106.352.777,19	107.355.427,54	107.354.006,31	107.418.625,49	115.193.543,85	117.147.338,51	150.278.368,72	113.314.062,66	1.445.646.173,17	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA – RCL (IV)	109.306.802.541,96	100,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP sobre a RCL (V) = (III a + III b)	1.445.646.173,17	1,3226
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III do art. 20 da LRF)	2.076.829.248,30	1,9000
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	1.972.987.785,88	1,8050
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	1.869.146.323,47	1,7100

FONTES: RCL: SIAFI-MG, SEF/SCCG, 19/Set/2025, 14h e 53m; Dados da execução: SIAFI-MG, ALMG, 02/Set/2025, 9h e 30m.

- Notas:**
- (1) Indenização por exoneração de servidores de recrutamento amplo: férias e adicional de férias, pagos por ocasião da exoneração (elemento/item 3.1.90.94-01): R\$ 6.354.833,99;
 - (2) Despesas com inativos e pensionistas custeadas com recursos de contribuições patronais e de servidores para o Fundo Financeiro de Previdência do Estado de Minas Gerais - FFP-MG - art.19, §1º, VI, da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000: R\$ 224.060.345,80
 - (3) Despesas não computadas no art. 18, caput, da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000: Férias-prêmio devidas por ocasião da aposentadoria (elemento/item 3.1.90.16-05): R\$ 4.482.268,73;
 - (4) Os limites máximo, prudencial e de alerta foram fixados em conformidade com a Decisão Conjunta da Assembleia Legislativa e do Tribunal de Contas publicada no Diário Oficial de Contas em 6 de fevereiro de 2023 com efeitos a partir de 01/01/2023.
 - (5) Inclui as despesas e as deduções com pensionistas custeadas pelo Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais - Ipsemg, em cumprimento do §7º do art. 20º da LRF, acrescido pela LC 178/221.

Deputado Luiz Tadeu Martins Leite – Presidente; Deputado Gustavo de Vasconcellos Moreira – 1º-Secretário; Cristiano Felix dos Santos Silva – Diretor-Geral; Theophilo Moreira Pinto Neto – Diretor de Recursos Humanos; Antoninho Rodrigues Goulart – Diretor de Finanças

**ERRATAS****ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE TURISMO E GASTRONOMIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 9/9/2025**

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 19/9/2025, na pág. 190, onde se lê:

“Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário.”, leia-se:

“Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:”.

PARECER PARA O 1º TURNO DA PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 24/2023**Comissão de Constituição e Justiça**

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 19/9/2025, na pág. 214, no fecho, onde se lê:

“18 de setembro de 2025”, leia-se:

“15 de setembro de 2025”.

ATA DA 58ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 17/9/2025

Fica sem efeito a errata relativa à matéria em epígrafe, publicada na edição de 20/9/2025, na pág. 15.